



O golpe de 1964 e a institucionalização da indústria de radiodifusão sonora gaúcha¹ Luiz Artur Ferraretto² Universidade Luterana do Brasil

Resumo

Relato histórico-analítico do processo particular de institucionalização da indústria de radiodifusão sonora gaúcha no contexto dos movimentos de aproximação e de distanciamento entre o empresariado de comunicação e os detentores do poder político no período anterior ao golpe que derruba o presidente da República, João Belchior Marques Goulart, entre 31 de março e 4 de abril de 1964. Parte-se da inter-relação destes posicionamentos com as propostas que se entrecrocaram a respeito dos rumos do capitalismo no país e, por extensão, da própria sociedade brasileira. O estudo procura, deste modo, descrever o uso político do rádio no Rio Grande do Sul ao longo do governo Jango (setembro de 1961 a abril de 1964).

Palavras-chave

Rádio; História; Política; Economia; Indústrias culturais

É em paralelo às articulações políticas relacionadas ao golpe militar de 1964 que a indústria de radiodifusão sonora do Rio Grande do Sul ganha certo grau de unicidade, permitindo constatar a sua institucionalização a partir daí como ramo específico de investimento dentro do sistema capitalista, este último fazendo a transição da fase competitiva ou liberal para a monopólica. Na origem deste processo de definição do setor, encontram-se mobilizações, ainda durante o governo de João Belchior Marques Goulart, o Jango, que redundam na constituição, de um lado, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul, e, de outro, da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão. Neste contexto, o veículo em si vai ser usado tanto na defesa da ordem constitucional, quanto em prol de interesses voltados à subversão desta.

Em 1960, o rádio é o meio de maior difusão no Rio Grande do Sul. Está presente em 52,03% dos domicílios ou 530.904 dos 1.020.195 lares recenseados no estado. Em Porto Alegre, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registra percentual ainda mais expressivo: 83,35% ou 115.801 dos 138.927 lares da capital possuem pelo menos

¹ Trabalho apresentado ao Grupo Temático Audiovisual do VIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul (Intercom Sul 2007).

² Professor do curso de Comunicação Social da Universidade Luterana do Brasil, em Canoas, no Rio Grande do Sul. Doutor em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico do autor: luiz.ferraretto@uol.com.br.



um receptor³. Cabe lembrar que o início da década coincide, também, com o rápido processo de disseminação de rádios portáteis transistorizados, “tornando-se avassaladora a epidemia desses aparelhinhos”, como registra, na época, a revista *Visão*.⁴

Cabe destacar que, conforme observa Octavio Ianni⁵ ao estudar as diretrizes estatais para a planificação econômica do Brasil, prepondera, de 1961 a 1964, durante o governo de João Goulart, uma proposta de capitalismo nacional como estratégia de desenvolvimento para o país. Com a ascensão dos setores sociais representados pela ditadura militar, torna-se dominante, no entanto, a idéia de um capitalismo dependente. Ao encontro desta perspectiva, vai a análise de teor gramsciano realizada por René Armand Dreifuss, ao descrever as articulações golpistas do empresariado brasileiro em consonância, na economia, com sua contraparte multinacional e, na política, com os interesses do governo dos Estados Unidos dentro do contexto da Guerra Fria.

De acordo com o cientista político uruguaio, duas organizações vão servir como a “elite orgânica do capital multinacional e associado”⁶: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), fundado em maio de 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês⁷), estruturado ao longo de 1961 e instalado no ano seguinte. Descrevendo, portanto, o golpe contra o governo constitucional não meramente como uma iniciativa militar, mas sim como uma articulação de classe, Dreifuss ressalta o papel da propaganda ideológica, tendo, neste sentido, importância fundamental o rádio, bem mais abran-

³ Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO. *Censo demográfico de 1960*: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, [s.d.]. Série Regional, v. 1, t. 16, p. 121-3/ 132-3.

⁴ MEDO de solidão dá barulho. *Visão*, São Paulo: *Visão*, v. 16, n. 5, p. 40, 29 jan. 1960.

⁵ *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 307-8. (Retratos do Brasil, 83).

⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 161. Conforme Antonio Gramsci (*Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 3), “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”. Especificamente, o político e pensador marxista italiano observa: “Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os *prepostos* (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica” (GRAMSCI, Antonio. Op. cit. p. 4.). Baseado em formulações como estas, Dreifuss desenvolve a idéia de que o Ipês e o Ibad constituíram-se na elite orgânica do empresariado em sua ação de classe na derrubada do governo de João Goulart.

⁷ Conforme Denise Assis (*Propaganda e cinema a serviço do golpe 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2001. p. 13.): “O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) tomou como sigla o nome da árvore originária das matas da Bahia e do Espírito Santo, primeiro, porque, sem acento, Ipês resultava em um fonema sem imponência ou sonoridade. Segundo, por ser a árvore símbolo do país, o que caía como luva no exacerbado espírito nacionalista do grupo fundador da instituição, criada com o propósito de desestabilizar o governo João Goulart, o qual acusavam de estar prestes a implantar o comunismo no Brasil. Outra razão, essa carregada de simbologismo, por ser o ipê uma árvore resistente e que para florir perde folhas. Na teoria, era o que pretendiam: derrubar o poder para fazer florir uma nova sociedade à imagem e semelhança dos seus idealizadores. Burguesa e, acima de tudo, voltada para a defesa do capital”.



gente, e a TV, já penetrando, de modo crescente, em parcelas dos estratos médios urbanos.

Neste quadro amplo em que o esforço do grande empresariado do país define-se, majoritariamente, pelo capitalismo associado ao investimento externo, dá-se a institucionalização do setor de rádio e televisão. Atuando em uma convergência de interesses com instituições como o Ipês e o Ibad – e, mesmo, delas fazendo parte – os proprietários de veículos de comunicação audiovisual e seus prepostos organizam-se em entidades como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Este processo de tomada de consciência de classe indica também uma transformação no perfil empresarial até então em voga naquilo que começa, assim, a se constituir como indústria de radiodifusão. Quase na mesma época, Fernando Henrique Cardoso⁸ identifica o surgimento de um novo tipo de liderança na indústria brasileira:

Empresas preocupadas com a reorganização técnica e administrativa constante e com o aumento da produtividade refletem um novo tipo de liderança industrial. Em oposição aos capitães de indústria e aos industriais tradicionais, os homens de empresa não têm mais a obsessão pelo lucro rápido e imediato obtido pela manipulação do mercado ou de favores oficiais, nem a obsessão pela exploração total e irracional do trabalho ou pelo controle usurário dos gastos. Metodização do trabalho, especialização de base tecnológica da produção, expectativa de lucros a prazos médios e espírito de concorrência são as características básicas das preocupações dos homens de empresa. Entretanto, o que fundamentalmente os distingue dos capitães de indústria é que, ao contrário destes últimos que vivem cerrados no círculo de giz de suas fábricas, os homens de empresa têm as preocupações voltadas para a sociedade como um todo.

Este foco na “sociedade como um todo”, portanto, deve ser compreendido no desejo de construir o capitalismo no Brasil. Neste sentido, vai o esforço em organizar e reforçar iniciativas conjuntas como associações representativas – a Abert, por exemplo – que visam ao fortalecimento de um setor determinado, neste caso específico, ao da indústria de radiodifusão em suas vertentes sonora e de som e imagem. Não está, entretanto, constituída a sociedade de consumo que, na década seguinte, dará a sustentação necessária para que as indústrias culturais possam se encontrar totalmente estruturadas como tal. A economia não oferece maiores alternativas, encontrando-se o sistema capitalista no país, como explica Paul Singer⁹, em uma fase ainda competitiva e não monopólica:

⁸ *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. p. 150.

⁹ *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 5.ed. São Paulo: Moderna, 1987. p. 75. (Polêmica).



O que distingue o capitalismo monopólico do da fase anterior – denominado de *competitivo* ou *liberal* – é antes de mais nada a mudança nas regras da competição. Nos mercados competitivos, numerosas empresas disputam a preferência dos compradores mediante preços mais baixos ou vantagens análogas, tais como prazos mais longos de pagamento, descontos etc. Nos mercados monopólicos, a preferência dos compradores é disputada por pequeno número de grandes firmas mediante diferenciação dos produtos, prestígio da marca e publicidade. O público consumidor é persuadido de que a marca e a aparência do produto representam qualidade superior e, portanto, justificam o pagamento de um preço mais alto.

Como será visto a seguir, a indústria de radiodifusão sonora do Rio Grande do Sul começa a ganhar unicidade, dentro de um quadro de conflito entre os interesses de patrões e empregados, dos defensores da empresa privada contra os adeptos da intervenção estatal. No contexto de um país que rumava para uma quebra dos princípios constitucionais, este mesmo segmento produtivo vai se consolidar, sob a vigência de uma ditadura militar, período em que capital e trabalho, o segundo muito mais do que o primeiro, submetem-se às imposições dos novos donos do poder político. Neste sentido, mesmo antes de Jango chegar ao poder, dois fatos vão criar as condições necessárias para o surgimento de entidades que, em seu conjunto, mesmo defendendo interesses opostos, levam a radiodifusão sonora a ser tratada como um setor produtivo, mais ou menos coeso, dentro da sociedade brasileira. Em 24 de junho de 1961, o Decreto n. 50.840, assinado pelo presidente Jânio Quadros, reduz de 15 para três anos o período para renovação de concessão, causando protestos por parte do empresariado, mas, como logo sobrevém a renúncia, a medida na prática nem chega a vigorar, embora, em outros termos, a sua idéia básica seja retomada no governo Jango. Dois meses depois, o movimento da Legalidade demonstra o poder de mobilização dos radialistas, estando, na opinião de Lauro Hagemann¹⁰, na origem da estruturação do sindicato da categoria no estado. Em um plano político mais amplo, portanto, ocorre, no âmbito da radiodifusão, aquilo que René Armand Dreifuss¹¹ caracteriza como a oposição entre duas forças sociais fundamentais: “os interesses socioeconômicos multinacionais associados e as classes trabalhadoras mobilizadas, lideradas por um Executivo nacional-reformista”.

1.

No primeiro semestre de 1962, em termos nacionais, começam articulações que vão levar à criação do Comando Geral dos Trabalhadores durante o IV Congresso Sin-

¹⁰ PROJETO RESGATE VOZES DO RÁDIO. *Lauro Hagemann*. Porto Alegre: Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 7 maio 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/uni/poa/famecos/vozesrad/lauroh.html>>. Acesso em: 27 ago. 2003.

¹¹ Op. cit. p. 125.

dical Nacional, de 17 a 19 de agosto, em São Paulo. No CGT, há, então, forte presença de elementos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro, o mesmo do presidente, e ao Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade desde maio de 1947. Neste quadro, a partir de uma associação desativada¹², mas registrada na Delegacia Regional do Trabalho, os radialistas começam a se organizar em prol da criação de um sindicato. Com a carta sindical concedida em 14 de julho de 1962, é realizada uma assembléia nos primeiros dias de agosto, reunindo 300 trabalhadores no salão nobre do Instituto de Assistência dos Industriários (IAPI). Votam, então, uma pauta de reivindicações para o dissídio e definem a primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul, tendo Lauro Hagemann como presidente.¹³

Presidente	Lauro Hagemann (Rádio Farroupilha)
Vice-presidente	Adroaldo Guerra (Rádio Gaúcha)
Secretário	Thirso Graça Guimarães (Rádio Gaúcha)
Tesoureiro	Fábio Silveira (Rádio Gaúcha)

Quadro 1 – Primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul (agosto de 1962)

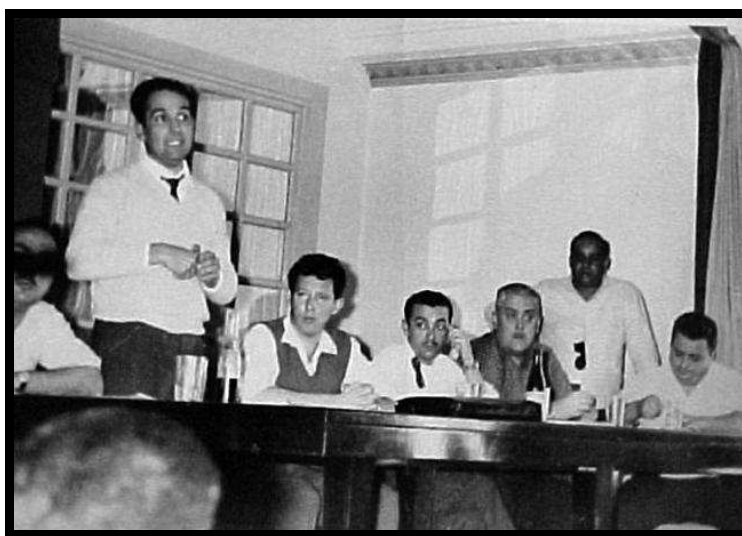


Figura 1 – Assembléia de dissídio dos radialistas (5 de agosto de 1962)

Da esquerda para a direita, Fábio Silveira, Victor Nuñez (assessor jurídico do sindicato), Lauro Hagemann, Graça Guimarães, Adroaldo Guerra, Raul Ulguin (ativista sindical) e Ivan Castro.

(Fonte: Acervo particular de Lauro Hagemann.)

¹² Até o início dos anos 60, ocorrem algumas tentativas de organização dos radialistas. Esta, a que deu a base para a constituição legal do sindicato da categoria no estado, teve como presidente Mário de Lima Hornes, assistente de direção da Farroupilha, em 1962 (Cf. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA. *Radiodifusão no RS: História & estórias*. Porto Alegre: Feplam, 1993. v. 2, p. 100.)

¹³ Cf. GREVE. Greve. Greve. *Três por Quatro*, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [197-]. p. 12.



Há, no entanto, um problema para o encaminhamento das negociações com a classe patronal, ainda não organizada em uma entidade representativa. Embora o dissídio seja unificado, as tratativas seguem sendo realizadas emissora a emissora. Algumas, no entanto, cedem, concordando com as reivindicações dos trabalhadores. Pretendendo forçar o fechamento de um acordo, a categoria declara-se em iminência de greve, mas os Diários e Emissoras Associados, dirigidos por Néelson Dimas de Oliveira, e a Rádio Princesa, da família Pertilli, rejeitam a pauta proposta pelo sindicato. Como consequência, em 21 de setembro, Dia do Radialista, nova assembléia deflagra a paralisação nas duas empresas. Piquetes são montados na Galeria do Rosário, onde estão os estúdios da Princesa, no 21º andar, e, por coincidência, da Farroupilha, no 22º, uma vantagem significativa em termos de estratégia paredista. O governador interino, Ajadil de Lemos, então secretário estadual do Interior e Justiça, dá garantias a Lauro Hagemann de que não vai haver repressão policial ao movimento. A greve, no entanto, não ocorre sem certa dose de violência. Com alguma conivência das autoridades estaduais ligadas ao PTB, os radialistas chegam a cortar a energia elétrica dos transmissores da Princesa, mas o foco principal da mobilização incide mesmo sobre os Associados, aonde as condições de trabalho já vinham se deteriorando há bastante tempo:

Mas e os fura-greves dos Diários e Emissoras Associados?

No Morro da TV, já se tinha encontrado uma solução: um imenso poste de luz atravessado na porta da Piratini. Só entrou, mesmo, Renato Cardoso. Mas o diretor da emissora estava sabendo, fora advertido: “Se entrasse, não saía mais”.(...)

O clima era outro cá embaixo. Pouco antes da hora da Farroupilha voltar ao ar, o diretor Dimas de Oliveira conseguiu abrir caminho pela Galeria do Rosário. Estava acompanhado por Ênio Melo, comentarista de esportes, e Glênio Peres, do Departamento de Promoções.

Eram os fura-greves. Como iria reagir o piquete? Como gente que estava lutando por melhoria salarial, que precisava dela: na porrada. E foi o que levou Glênio Peres, de um agressor até hoje não identificado, mas certamente muito conhecido. De qualquer forma, surrados e desprezados, os furões conseguiram subir, acompanhando o representante do patrão.

Para o morro, subia um caminhão de brigadianos. Os do piquete, assustados. Parou o caminhão, desceu o tenente, bateu continência: “Estamos aqui para garantir a segurança de vocês”. Enquanto isso, Ênio Melo e Glênio Peres – que, mais tarde, se declarou arrependido – comandavam o espetáculo na Farroupilha. A toda hora diziam que a emissora funcionava em estado precário por causa da greve. E, às duas da tarde, tiveram que colocar no ar o comunicado da direção da empresa que se entregava aos grevistas, como fazia a Princesa. Concordavam com o reajuste de 64%.¹⁴

¹⁴ GREVE. Greve. Greve. *Três por Quatro*, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [197-]. p. 12.



Depois de 15 horas de greve, as reivindicações são atendidas pela classe patronal. Para se ter uma idéia da força da mobilização dos trabalhadores, escudadas nesta paralisação, os radialistas obtêm, nas tratativas do dissídio do ano seguinte, um reajuste de 100%.¹⁵

Em janeiro de 1963, o sindicato organiza em Porto Alegre, com representantes de 17 estados brasileiros, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores em Radiodifusão, base de uma intensa mobilização que culmina com a assinatura pelo presidente da República, João Goulart, de dois decretos, um regulamentando a profissão e outro estabelecendo a obrigatoriedade da programação ao vivo. Este último, contrário aos interesses das empresas de rádio e televisão, é revogado depois do golpe de 1964. Após a deposição de Jango, o sindicato vai sofrer intervenção e suas principais lideranças serão perseguidas. Militante comunista, Lauro Hagemann terá, com a decretação do Ato Institucional n. 5, cassado o seu mandato de deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro.

2.

Pelo lado empresarial, em resposta às tendências estatizantes do governo Goulart e à própria mobilização dos trabalhadores, surgem também associações classistas, comungando dos mesmos interesses de fóruns como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês). É em torno da aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações que se dá a mobilização dos proprietários de estações do país, da qual surgirá também a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão. Recuperando o espírito dos decretos n. 29.783, de julho de 1951, de Getúlio Vargas, e n. 50.840, assinado dez anos depois por Jânio Quadros, ambos reduzindo o período de validade das concessões, o presidente João Goulart veta 52 pontos da Lei n. 4.117, aprovada em 27 de agosto de 1962, instituindo o código. Assim, pretendendo aumentar o controle do Estado sobre a radiodifusão comercial, Jango rejeita, por exemplo, o parágrafo 3º do artigo 33, que estabelece a concessão por 10 anos para estações de rádio e por 15 para as de TV. O prazo de funcionamento das emissoras, portanto, ficaria a critério do Poder Executivo. O veto ao artigo 54, por sua vez, atinge garantias à livre expressão de críticas e de conceitos desfavoráveis aos atos de qualquer um dos poderes da Nação.

¹⁵ Cf. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA. Op. cit. v. 2, p. 101./ GREVE. Greve. Greve. *Três por Quatro*, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [197-]. p. 12.



A partir daí, os proprietários de empresas do setor articulam-se para manter o que consideram “a conquista do código”¹⁶. Neste processo, são apoiados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que desenvolve, então, intensa atividade junto ao Senado Federal e à Câmara de Deputados, bloqueando projetos de interesse nacional-reformista do governo. Baseado em atas de reuniões e outros documentos do comitê diretor do Ipês, René Armand Dreifuss¹⁷ registra a constituição de grupos de estudo para subsidiar deputados e senadores da oposição, intervindo, neste **lobby** empresarial, ainda outras unidades operacionais do instituto:

Exemplificando tais atividades (...), pode-se citar o anteprojeto de lei sobre o conjeturado Código de Telecomunicações, um dos estudos de alta prioridade para o Ipês, sob a responsabilidade do general Luiz A. Medeiros¹⁸ (...). Cabia-lhe preparar o anteprojeto sobre o assunto, sendo também requisitado para elaborar uma declaração preliminar e um esboço da necessária *ação dos bastidores*. Uma vez pronto, o estudo do general Luiz A. Medeiros seria burilado pelos grupos de estudo do Ipês e o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o de Ação Parlamentar sincronizariam a ação de apoio.

Nos dias anteriores à análise dos vetos presidenciais em novembro de 1962, os empresários realizam uma ação lobista junto aos parlamentares, organizada pelo diretor geral dos Diários e Emissoras Associados, João de Medeiros Calmon. No domingo, dia 25, começam a chegar à capital federal os representantes das emissoras de todo o país. Do Rio Grande do Sul, viajam, entre outros, Antônio Abelin, da Rádio Imembuí, de Santa Maria; Flávio Alcaraz Gomes, da Rádio Guaíba; Frederico Arnaldo Ballvé, da Rádio e TV Gaúcha; Nelson Dimas de Oliveira e Franklin Peres, dos Associados; e Victor Hugo Ferlauto, das Emissoras Reunidas.¹⁹ Nas noites de 26 e 27 de novembro, apesar da posição contrária da bancada do PTB, os vetos vão sendo derrubados um a um.

Coincidindo com o último dia da votação, representantes de 172 estações – entre as quais as de maior potência na época e a totalidade das de TV²⁰ – fundam, no Hotel Nacional, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Definidos os estatutos e escolhida a diretoria, o recém-eleito presidente, João Calmon, discursa defendendo a livre iniciativa e a empresa privada, como fica registrado na ata da reunião:

¹⁶ Cf. FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 87.

¹⁷ Op. cit. p. 238.

¹⁸ Ligado aos interesses da família Marinho, então proprietária do jornal *O Globo* e da Rádio Globo, ambos no Rio de Janeiro.

¹⁹ Cf. RÁDIO e TV brasileiros lutam em Brasília por sua sobrevivência. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 nov. 1962. p. 24./ GOMES, Flávio Alcaraz. *Diário de um repórter*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 114.

²⁰ Cf. LOPES, Saint-Clair da Cunha. *Rádiodifusão hoje*. Rio de Janeiro: Temário, 1970. p. 86. (Temário da Comunicação, 1).

Encerrados os trabalhos da eleição de ambos os órgãos diretivos da Abert, e empossados como o foram os seus membros, pela Assembléia, o senhor João de Medeiros Calmon usou da palavra para agradecer a sua eleição, dizendo assumir a presidência da sociedade sabedor de que a Abert acabava de nascer sob o signo da luta, e que ele exerceria a presidência aceitando e reconhecendo tal circunstância, concitando a todos a tomar consciência das graves ameaças que pesam sobre a democracia, as liberdades públicas e a livre empresa, dizendo ser necessário organizar a resistência, e executá-la, com espírito de sacrifício e até mesmo de heroísmo.²¹

Atitudes futuras de Calmon, como a formação de uma rede de emissoras antigovernistas – a Rede ou Cadeia Nacional da Democracia –, em consonância com as articulações golpistas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, vão comprovar, na prática, que o empresariado, com algumas exceções, incentiva a derrubada do presidente da República, saudando os militares, seus substitutos.²² Será cumprida, assim, a promessa desse discurso de posse do diretor geral dos Associados, eleito deputado federal, no ano seguinte, pelo Partido Social Democrático e, após o golpe, senador pela governista Aliança Renovadora Nacional.



Figura 2 – Fundação da Abert (27 de novembro de 1962)

Da esquerda para a direita, Flávio Alcaraz Gomes (Rádio Guaíba), João Calmon (Diários e Emissoras Associados), Victor Hugo Ferlauto (Emissoras Reunidas) e outros dirigentes de rádio e televisão.

(Fonte: GOMES, Flávio Alcaraz. *Diário de um repórter*.
Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 116.)

²¹ TAVARES, Reynaldo. *Histórias que o rádio não contou*. São Paulo: Negócio, 1997. p. 293.

²² Raciocínio semelhante apresenta Inimá Ferreira Simões (TV à Chateaubriand. In: COSTA, Alcir Henrique da; SIMÕES, Inimá Ferreira; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/ Rio de Janeiro: Funarte, 1986. p. 66.): “Como resultado dessa mobilização em torno do novo código, restam as inevitáveis seqüelas que nunca serão sanadas no período Goulart. Tanto que o seu afastamento em 1964 será aplaudido entusiasticamente pela Abert e seus membros, alguns se destacando no apoio ao movimento armado”.

Pouco mais de duas semanas depois da criação da Abert, a exemplo do que acontecera em Brasília, os dirigentes de estações do Rio Grande do Sul organizam uma entidade representativa de âmbito estadual, a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert). Da reunião inicial, no dia 13 de dezembro, realizada na sede da Associação Rio-grandense de Imprensa, participam 62 lideranças empresariais, que escolhem a primeira diretoria da entidade.

Presidente	Nelson Dimas de Oliveira (Diários e Emissoras Associados)
1° vice	Hugo Victor Ferlauto (Emissoras Reunidas)
2° vice	Antônio Abelin (Rádio Imembuí, de Santa Maria)
1° secretário	Carlos Irajá da Motta Kieling (Rádio Difusora Porto-alegrense)
2° secretário	Renê Cobelli (Rádio Charrua, de Uruguaiana)
1° tesoureiro	Ulysses Sabatine Moreira (Rádio Itaí)
2° tesoureiro	Alcides Lima Faria (Organização Rádio Cultura, de Pelotas)

Quadro 2 – Primeira diretoria da Agert (dezembro de 1962)

(Fonte: Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão.)

Já sob a vigência do regime militar, a Agert organiza, reforçando a identidade de classe, congressos de radiodifusão. O papel destes eventos é bem claro, como vai recordar, tempos depois, Gildo Milmann²³, que substitui Nelson Dimas, em 1966, na presidência da entidade:

Os primeiros congressos estaduais tinham como objetivo, além do conagraçamento da classe, a atualização de informações técnicas e legislativas. Os encontros anuais da Agert eram o grande fórum de debates, conhecimento e aperfeiçoamento. Os congressos, principalmente os primeiros: de Caxias do Sul e Santa Maria, tiveram o mérito de marcar a presença das autoridades federais, através dos ministros das Comunicações e suas assessorias, aproximando as emissoras dos responsáveis pelas concessões e sua fiscalização.

Um ano depois da fundação da Agert, em resposta à nova mobilização dos trabalhadores do setor, surge o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Rio Grande do Sul, tendo como primeiro presidente Franklin Peres, dos Diários e Emissoras Associados. No âmbito da consciência e das identidades de classe, completa-se, deste modo, o delineamento institucional básico, no território do estado, da indústria de radiodifusão sonora contemporânea. Vão auxiliar na maior definição deste processo a instalação, em 1963, de um escritório regional do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística e o crescimento do mercado publicitário gaúcho ao longo das décadas de 60 e 70.

²³ Apud ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. *Agert 40 anos*. Disponível em: <http://www.agert.org.br/agert_40_anos.htm>. Acesso em: 24 fev. 2003.



Considerações finais

Ao longo dos anos 70, decisões estratégicas do regime militar ou conseqüências destas políticas vão dar sustentação e permitir a ascensão dos empreendimentos de radiodifusão sonora ao seu estágio de indústria cultural. Na esteira das altas taxas de crescimento do chamado Milagre Econômico Brasileiro, estrutura-se uma sociedade de consumo, na expressão do publicitário Celso Japiassu²⁴, centrada na “busca da felicidade pela posse de bens” e englobando mesmo indivíduos das classes B e C que recorrem, de modo crescente, ao crédito pessoal como forma de ampliar o poder de compra dos seus salários. As rádios beneficiam-se, ainda, da estrutura tecnológica montada nos primeiros dez anos do regime militar. O exemplo mais evidente é o da utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), estatal criada em 1965, que realiza a interligação das capitais dos estados e de outras grandes cidades do país, conectando o Brasil a sistemas de transmissão e recepção de sinais via satélite e redes de estações de microondas. Fora isto, há também o incentivo à instalação de emissoras em frequência modulada, campo significativo para obtenção de lucros ao longo das décadas seguintes. Existem indícios, deste modo, de uma significativa convergência de interesses empresariais e governamentais nos anos posteriores ao golpe, apesar do notório cerceamento às liberdades democráticas, do qual a censura aos veículos de comunicação é apenas um dos aspectos.

Aqui se procurou, no entanto, analisar o período anterior, no qual este setor econômico ganha unicidade e desenvolve certo grau de consciência de classe, tanto em termos do capital como do trabalho. Da fase que interessa a este breve estudo, é necessário destacar, ainda, que mesmo entre os radiodifusores registram-se visões antagônicas sobre o futuro do país, preponderando, ao final, obviamente, àquela em consonância com os novos donos do poder político. Assim, em Porto Alegre, colocam-se na oposição ao governo de João Goulart a Caldas Júnior – *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e Rádio Guaíba – e os veículos locais dos Associados – *Diário de Notícias* e Rádio Farroupilha.

Fora Jango, o foco central das ações oposicionistas no estado recai sobre Leonel Brizola e tem como instrumentos principais, no plano comunicacional, os veículos dos Diários e Emissoras Associados e da família Caldas, por vezes em articulações envolvendo o complexo Ipês/ Ibad. Com este objetivo, por exemplo, José Luiz Moreira de

²⁴ Apud NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980-1982. v. 5, p. 213.



Souza, proprietário da Denisson Propaganda²⁵, procura Arlindo Pasqualini, diretor da *Folha da Tarde* e da Rádio Guaíba, que produz uma série de textos para o vespertino atacando posições defendidas pelo ex-governador nas sextas-feiras à noite, na Rádio Farroupilha, que, não raro, tem como alvo a Caldas Júnior.²⁶ Ocorre, no entanto, que, por ordem de João Calmon, diretor geral dos Diários e Emissoras Associados, o programa tem sua irradiação suspensa em 1962, coincidindo com a implantação do Ipês, do qual fazem parte diversos dirigentes da empresa de Assis Chateaubriand.²⁷ Deste modo, a convite de Breno Futuro, um simpatizante do PTB, as palestras de Brizola transferem-se para a Rádio Itaí, nas noites de quinta-feira.²⁸

Das três grandes emissoras da capital, fica fora do esquema apenas a Gaúcha, então sob controle da Rede Excelsior, de Mario Wallace Simonsen, empresário, que, em 1961, dera apoio à posse de Jango. Duas rádios de menor porte também não se alinham à oposição ao governo: a Itaí, que tem, entre seus sócios, Breno Futuro, e a Metrópole, de Hermano Sperb, ambos ideologicamente próximos do trabalhismo. Há, ainda, a *Última Hora*, do Rio Grande do Sul, jornal da rede criada por Samuel Wainer, no início da década anterior, sob os auspícios do então presidente da República, Getúlio Vargas, e que, claramente, se posiciona ao lado das bandeiras do trabalhismo.

Chama a atenção, neste quadro, a Rádio Difusora Porto-alegrense, ligada à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Ao longo da década de 60, a atuação da emissora reflete a própria divisão da Igreja Católica, orientada no período, conforme Paulo Schilling²⁹, por três correntes distintas: a conservadora, que tem entre seus líderes o arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer; a reformista, procurando se aproximar dos problemas das classes populares através de iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB); e a revolucionária, a favor do socialismo e tendo na Ação Popular um braço político a articular estratégias de mobilização também com setores do clero reformista. Ao microfone da Difusora, semanalmente, Scherer utiliza o programa *A voz do Pastor*, com frequência, para alertar os fiéis sobre o perigo do comunismo ateu. Além disto, participa de iniciativas antigovernamentais, integrando, como

²⁵ De acordo com René Armand Dreifuss (Op. cit. p. 204.), a agência com atuação forte no mercado do Rio de Janeiro e de São Paulo servia “como um conduto para a *limpeza do dinheiro* das contribuições recebidas pelo Ipês”.

²⁵ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 233-4.

²⁶ Cf. GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p. 408.

²⁷ Cf. DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 195.

²⁸ Cf. PROJETO RESGATE VOZES DO RÁDIO. *Breno Martins Futuro*. Porto Alegre: Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 5 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/breno.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2003.

²⁹ *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global, 1981. v. 1, p. 89-102. (Passado & Presente, 11).



registra René Armand Dreifuss³⁰, o quadro de oradores do complexo Ipês/ Ibad. No período posterior à ruptura do processo democrático, ocorrem, no entanto, algumas manifestações radiofônicas de integrantes do clero mais à esquerda, que serão reprimidas pela ditadura.

Cabe observar, ainda, que, se pelo lado do capital, a radiodifusão sonora cresce mesmo com os notórios problemas advindos da censura crescente aos meios de comunicação após o golpe e, em especial, depois da decretação do Ato Institucional n. 5, no outro extremo, o do trabalho, as entidades sindicais seguirão amordaçadas e com suas reivindicações, na prática, sufocadas até a redemocratização do país, na década de 1980. Sinais das conseqüências diversas sobre aqueles que saíram como vencedores ou como perdedores no embate ideológico, quase dois decênios antes, cujo resultado mais evidente foi o golpe militar de março-abril de 1964.

Referências bibliográficas e eletrônicas

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2001. 102p.

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. *Agert 40 anos*. Disponível em: <http://www.agert.org.br/agert_40_anos.htm>. Acesso em: 24 fev. 2003.

BRENO FUTURO. Entrevista pessoal em 29 de junho e 8 de julho de 1999.

CALDAS, Breno. *Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal*. Depoimento a José Antonio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987. 162p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. 208p.

COSTA, Alcir Henrique da; SIMÕES, Inimá Ferreira; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/ Rio de Janeiro: Funarte, 1986. 328p.

O DIÁLOGO da liberdade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 out. 1963. p. 4. Editorial.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. 818p.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982. 170p.

FLÁVIO ALCARAZ GOMES. Entrevista pessoal em 20 de agosto de 1999.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PADRE LANDELL DE MOURA. *Radiodifusão no RS: História & estórias*. Porto Alegre: Feplam, 1992. 2v.

³⁰ Op. cit. p. 246.



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO. *Censo demográfico de 1960*: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, [s.d.]. Série Regional, v. 1, t. 16, 138p

GALVANI, Walter. *Um século de poder*: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 570p.

GOMES, Flávio Alcaraz. *Diário de um repórter*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 274p.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 246p.

GREVE. Greve. Greve. *Três por Quatro*, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [197-]. p. 12.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. 322p. (Retratos do Brasil, 83).

LAURO HAGEMANN. Entrevista pessoal em 3 de agosto de 1999 e em 16 de junho de 2004.

LOPES, Saint-Clair da Cunha. *Rádiodifusão hoje*. Rio de Janeiro: Temário, 1970. 164p. (Temário da Comunicação, 1).

MEDO de solidão dá barulho. *Visão*, São Paulo: Visão, v. 16, n. 5, p. 40-1, 29 jan. 1960.

1934-1984, 50 ANOS de memória brasileira. São Paulo: BASF Brasileira S.A., 1984. Fita cassete.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998. 174p.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980-1982. v.5.

PROJETO RESGATE VOZES DO RÁDIO. *Breno Martins Futuro*. Porto Alegre: Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 7 jun. 2000. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/vozesrad/breno.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2003.

PROJETO RESGATE VOZES DO RÁDIO. *Lauro Hagemann*. Porto Alegre: Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 7 maio 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/uni/poa/famecos/vozesrad/lauroh.html>>. Acesso em: 27 ago. 2003.

RÁDIO e TV brasileiros lutam em Brasília por sua sobrevivência. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 nov. 1962. p. 24.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo, 1979. 2v.

SINGER, Paul. *O capitalismo*: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 5.ed. São Paulo: Moderna, 1987. 90p. (Polêmica).

TAVARES, Reynaldo C. *Histórias que o rádio não contou*: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo. São Paulo: Negócio, 1997. 316p.